

CPI dos Títulos deverá ser incluída na pauta

Líder do PSDB informa que Congresso discutirá na convocação também a reforma político-partidária e a emenda constitucional que trata do efeito vinculante das decisões do STF

PPB vai mesmo ao Supremo e Fogaça aponta riscos no ato

O PPB vai mesmo recorrer ao Supremo Tribunal Federal contra a convocação extraordinária do Congresso feita pelos presidentes do Senado e da Câmara um dia depois da mensagem do presidente da República com o mesmo objetivo. O anúncio foi feito em plenário pelo senador Leomar

Quintanilha. Preocupado com as conseqüências do ato do PPB, o senador José Fogaça apontou o risco de o Congresso ficar limitado em suas prerrogativas nos próximos anos. Fogaça observou que, caso o Supremo acate o entendimento do partido, o Congresso ficaria subordinado a uma pauta estabelecida pelo presidente da República, o que representaria, a seu ver, uma "enorme limitação". **Página 2**

Reeleição volta a ser debatida em plenário

Página 3

O líder do PSDB, senador Sérgio Machado (CE), informou ontem que as lideranças partidárias na Casa chegaram a um acordo pelo aditamento, no âmbito do Senado, de três assuntos na pauta de convocação extraordinária do Congresso Nacional: CPI dos Títulos Públicos; Comissão Especial da Reforma Político-Partidária; e proposta de emenda constitucional que trata do efeito vinculante de decisões do Supremo Tribunal Federal.



Sérgio Machado

Machado informou que o acordo seria levado ao conhe-

cimento do presidente do Senado, José Sarney, pelo senador Elcio Alvares (PFL-ES), líder do governo na Casa.

O secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro Silva, por sua vez, informou no início da noite de ontem que estava sendo redigido o ato que inclui os três assuntos na pauta de convocação, e que ainda seria encaminhado para ser assinado pelos presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, deputado Luís Eduardo Magalhães.

Benedita sugere a estados que invistam mais na área social

A senadora Benedita da Silva (PTB -RJ) afirmou ontem que a questão social deve ser encarada como prioridade pelos governos estaduais e municipais, pois, a seu ver, a desigualdade é a grande causadora da violência que assola o País.

- O Brasil é um dos primeiros no mundo quando se trata de acumulação de riquezas e um dos últimos quando se trata de atender e respeitar os direitos da nação que o compõe. Falta-nos governo, escolas, sistemas de saúde. Estamos relegados à ignorância, doentes e famintos - denunciou a senadora, para quem é chegado o momento de os governos estaduais e municipais deixarem de se preocupar apenas com



Benedita da Silva

as questões econômicas locais.

Na opinião de Benedita da Silva, "a Nação clama por segurança e pelo direito de sair tranqüilamente às ruas". Para atender a essa necessidade, os governos terão, de acordo com a senadora, que desenvolver campanhas de conscientização popular e, principalmente, investir na segurança pública, destinando mais verbas aos salários e à capacitação dos policiais.

NESTA EDIÇÃO

Senado vai inaugurar rádio dia 28

Página 7

Socorro a Minas mobiliza senadores

A senadora Júnia Marise e o senador Francelino Pereira manifestaram ontem esperança de que o governo libere com rapidez os recursos necessários à superação dos problemas enfrentados por grande parte da população de Minas Gerais com as enchentes. **Página 6**

Fogaça teme que Congresso tenha poderes diminuídos

Senador refere-se à possibilidade de o STF acolher ação ajuizada pelo PPB contra a convocação feita pelo Executivo e pelo Parlamento



Pedro Simon

Sessão especial homenageará Barbosa Lima

O Congresso realizará uma sessão especial, às 11 horas do próximo dia 22, no plenário do Senado, para homenagear o jornalista, ex-governador e advogado Barbosa Lima Sobrinho. Estão inscritos para discursar o senador Pedro Simon (PMDB-RS) e o deputado Hélio Bicudo (PT-SP).

A sessão foi pedida em requerimentos assinados pelos senadores Pedro Simon, Artur da Távola (PSDB-RJ), Marina Silva (PT-AC), Roberto Freire (PPS-PE), José Eduardo Vieira (PTB-PR), Benedita da Silva (PT-RJ), Guilherme Palmeira (PFL-AL), Josaphat Marinho (PFL-BA), Lauro Campos (PT-DF), Emília Fernandes (PTB-RS), Gilyam Borges (PMDB-AP) e José Eduardo Dutra (PT-SE).

Ao sustentar que essa não é mais uma discussão acadêmica, o senador José Fogaça (PMDB-RS) alertou ontem o Senado para ação ajuizada pelo PPB no Supremo Tribunal Federal no sentido de que a Corte declare a inconstitucionalidade da convocação extraordinária do Congresso pelo Executivo e pelas duas Casas do Legislativo.

- Do ponto de vista constitucional, esse fato tem uma enorme consequência, porque há o risco de o Congresso ficar limitado em suas prerrogativas pelos próximos anos. Caso venha a prevalecer, por pronunciamento do STF, a tese do PPB, nós estaríamos impondo limitações dramáticas ao Poder Legislativo - disse ele.

Fogaça explicou que, se prevalecer o entendimento de que quem primeiro exerce o direi-



José Fogaça

to da convocação exclui a competência do outro Poder, o Congresso ficará subordinado à pauta estabelecida pelo presidente da República, imbuindo-se de uma enorme limitação constitucional, "que é a de submeter-se a uma pauta imposta por um ato do presidente da República, ficando destituído da prerrogativa de atender a uma pauta que lhe seja mais interessante".

O que o senador considera

grave é que isso alteraria o equilíbrio que deve existir entre os Poderes, pois em sua opinião, "no momento em que um impõe a pauta ao outro, aí se dá o desequilíbrio". No seu entender, as consequências futuras desse fato seriam dramáticas, daí por que, segundo acentuou, o Legislativo convive neste instante com um fato político digno de preocupação. Para ele, a discussão doutrinaría da matéria agora se tornou secundária, visto que graves são as implicações profundas que esse assunto deve ter sobre as prerrogativas do Congresso Nacional.

Em aparte, o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) voltou a sustentar que não existe convocação do Legislativo em duplo exercício de autoridade, como ele entende que acontece agora.

Quintanilha confirma que ação será levada adiante

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) comunicou ontem ao plenário que o Partido Progressista Brasileiro decidiu mesmo recorrer ao Supremo Tribunal Federal contra a atual convocação extraordinária do Congresso feita pelos presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados um dia depois que o presidente da República assinou mensagem com o mesmo objetivo. Quintanilha afirmou que o PPB

defende em sua petição a inconstitucionalidade da "dupla convocação".



Leomar Quintanilha

Atenção, usuários de antena parabólica, repetidoras e operadoras de TV a cabo
Informações para recepção do sinal da TV Senado

Satélite - B1
Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical
Frequência TX (Banda - C) - 5869,40 Mhz
Frequência RX (Banda - C) - 3644,40 Mhz
Frequência RX (Banda - L) - 1505,60 Mhz
Antena - 3,6 m
LNB - Temperatura 25 k (Amplificador de Baixo Ruído)
Receptor de Vídeo/Audio Digital
NTSC Spectrum Saver - Modelo: N6S
Integrated Receiver/Decoder (IRD)
Formato: CL1 (Compressed Digital Vídeo)
Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600
Obs.: Fixar o Data Rates em 6,6 Mb/s.

Agenda do Dia

PRESIDENTE
Senador José Sarney

10h - Despachos internos
14h30 - Preside sessão não deliberativa do Senado

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

Francelino comunica o apoio do PFL à reeleição

Partido aprova também proposta capaz de coibir o abuso do poder econômico e o uso da máquina administrativa pelos candidatos

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) leu ontem, em plenário, a recomendação aprovada pela executiva nacional do PFL para que as bancadas do partido na Câmara e no Senado se posicionem a favor da reeleição presidencial, apoiando o relatório apresentado pelo deputado Vic Pires Franco (PFL-PA) na comissão especial que examina essa proposta de emenda constitui-



Francelino Pereira

onal. Conforme Francelino, ao formalizar essa recomendação, a executiva nacional do PFL está segura de interpretar o pensamento das lideranças pefelistas de todo o País, numa decisão amadurecida em meses de reflexão, realizada nos vários níveis da organização partidária e, principalmente, junto a seus milhões de filiados.

Francelino anunciou tam-

bém que, além dessa recomendação, o PFL aprovou sua idéia de formular um projeto de lei capaz de coibir o abuso do poder econômico e a utilização da máquina administrativa pelos candidatos nas próximas eleições.

Na opinião do senador, é fundamental que os partidos e organismos governamentais se convençam de que o instituto da reeleição só terá sustentabilidade com instrumentos que garantam que ninguém usará a máquina administrativa para perpetuar-se no poder.



Lauro Campos

Lauro aponta "passo para a ditadura"

O senador Lauro Campos (PT-DF) afirmou ontem que a reeleição do presidente da República, tal como se está pretendendo, "não é apenas um golpe", mas representa "o passo mais seguro para a ditadura". Segundo o senador, serão imprevisíveis as consequências dessa mudança constitucional que, a seu ver, promove "a ruptura despuddorada com a tradição brasileira secular, só desrespeitada por Getúlio Vargas".

O sociólogo Fernando Henrique Cardoso desprezou a sociologia política e a sociologia da história brasileira. Está cometendo, para satisfazer o seu ego narcisista, um pecado, um crime contra a continuidade das instituições. Se a proposta da reeleição, em si, já é um golpe, não há dúvida nenhuma de que esse golpe, desmoralizando as instituições, desrespeitando as regras do processo sucessório, vai legitimar outros golpes que a ele se sucederão - garantiu o senador.

Lauro Campos assegurou que "todo o aparelho do Estado está a serviço da reeleição". Como exemplo, citou a atuação do presidente da Radiobrás, Maurílio Ferreira Lima, que, conforme o senador, teria declarado dispor de 490 emissores para defender e divulgar a tese da reeleição. O senador entendeu que também a Petrobrás está engajada na campanha.

Aprovação popular e bom governo motivaram partido, diz Napoleão

O líder do PFL no Senado, Hugo Napoleão (PI), explicou ontem as razões que levaram seu partido a aprovar por unanimidade a recomendação proposta pelo deputado Inocêncio Oliveira (PE), líder pefelista na Câmara, favorável à reeleição do presidente da República. Entre as razões, disse, está o apoio da população à reeleição.

O PFL levou em conta a boa administração do presidente Fernando Henrique Cardoso e do vice-presidente Marco Maciel, que é do PFL; a estabilidade da moeda; a indiscutível melhoria da qualidade de vida das populações mais caren-

tes; o aumento da sua capacidade de adquirir bens duráveis de consumo; a opinião pública favorável à reeleição; e as eleições municipais, que, salientou, demonstraram o interesse do eleitor em apoiar novas administrações baseadas na experiência dos antecessores.

Hugo Napoleão informou que, ontem mesmo, a executiva nacional do PFL levou ao presidente Fernando Henrique Cardoso a notícia sobre a posição oficial do partido. Conforme seu relato, o presidente da República disse que não se surpreen-

dia com a decisão do PFL, porque entende haver uma sintonia entre o pensamento e as ações do seu governo com a linha programática do partido.



Hugo Napoleão

Fernando Henrique também teria dito que a reeleição não significa prorrogação de mandato, mas apenas o direito de a população manifestar-se sobre seus governantes.

Hugo Napoleão afirmou comungar do mesmo entendimento, visto que, a seu ver, permitir a reeleição significará apenas "dar ao povo o direito democrático de optar".

Jucá sugere ação contra abuso nos combustíveis

Uma das soluções apontadas pelo senador é a total desregulamentação na área: postos poderiam comprar produtos de qualquer distribuidora, o que aumentaria a competição

SINTONIZE A TV SENADO

Agora você pode acompanhar, dia a dia, todo o trabalho do Senado Federal, atento ao que se passa nas comissões e nas sessões plenárias, transmitidas ao vivo e em seguida em várias repetições. Basta sintonizar a TV Senado, pela operadora de TV a cabo da sua cidade. A TV Senado está no ar diariamente, de segunda a sexta-feira, das 9:30 da manhã até zero hora e 30 minutos. Aos sábados e domingos, a programação da TV Senado vai das 10 às 18 horas. Acompanhe o desempenho do senador do seu estado e forme você mesmo sua própria opinião. Sem intermediários.

Cidade	Operadora	Canal
Anápolis (GO)	Net	33
Arapongas (PR)	Net	35
Bagé (RS)	Net	16
Bauru (SP)	Multicanal	39
Belo Horizonte (MG)	Multicanal	41
Belo Horizonte (MG)	Cabo Total	8
Bento Gonçalves (RS)	Net	11
Brasília (DF)	Net	53
Campo Grande (MS)	Multicanal	14
Catanduva (SP)	Net	3
Caxias do Sul (RS)	Multicanal	8
Chapecó (SC)	Net	3
Concórdia (SC)	Net	21
Criciúma (SC)	Net	17
Cruz Alta (RS)	Net	7
Curitiba (PR)	Net	35
Erechim (RS)	Net	23
Farrópolis (RS)	Multicanal	14
Florianópolis (SC)	Multicanal	43
Fortaleza (CE)	RTC	45
Franca (SP)	Net	9
Goiânia (GO)	Multicanal	14
Jaraguá do Sul (SC)	Net	21
Joaçaba (SC)	Net	21
Joinville (SC)	Net	18
Jundiaí (SP)	Net	5

Cidade	Operadora	Canal
Lages (SC)	Net	21
Londrina (PR)	Net	35
Novo Hamburgo (RS)	Net	5
Passo Fundo (RS)	Net	18
Pelotas (RS)	Net	18
Piracicaba (SP)	Net	30
Porto Alegre (RS)	Net	17
Ribeirão Preto (SP)	Multicanal	14
Ribeirão Preto (SP)	Net	14
Rio de Janeiro (RJ)	Net	35
Rio de Janeiro (RJ)	Rio Cabo	40
Rio Grande (RS)	Net	12
São José do Rio Preto (SP)	Multicanal	14
Santa Cruz do Sul (RS)	Net	48
Santa Maria (RS)	Net	47
Santos (SP)	Multicanal	14
São Carlos (SP)	Net	6
São Paulo (SP)	Multicanal	14
São Paulo (SP)	TVA (a cabo)	63
São Paulo (SP)	Net	53
São Paulo (SP)	TVA-MMDS	66
Sorocaba (SP)	Multicanal	8
Uberlândia (MG)	Net	8
Umuarama (PR)	Net	35
Uruguaiana (RS)	Net	7

O senador Romero Jucá (PFL-RR) disse ontem que o recente aumento dos preços de combustíveis serviu para mostrar o abuso que os postos de gasolina e as distribuidoras estariam cometendo contra a população. Na opinião de Jucá, "assim como os preços, os postos também devem ser liberados para aquisição de combustíveis de qualquer distribuidora, porque essa é a maneira de reduzir os preços e regular o mercado".



A sugestão de Romero Jucá é no sentido de que, "mais do que

Romero Jucá

qualquer punição, o Ministério de Minas e Energia e o Departamento Nacional de Combustíveis (DNC) liberem a atuação dos postos que estão amarrados às distribuidoras e suas bandeiras".

- Se o governo liberou os preços da gasolina e do álcool, é fundamental que libere também os postos para que haja livre concorrência, que seria ainda uma forma de evitar cartelização - disse.

REELEIÇÃO

Ao comentar a decisão da executiva do PFL favorável à proposta de emenda que permite reeleição para os cargos executivos, Romero Jucá disse que "a iniciativa demonstra a posição de união e o compromisso do partido para com as ações do governo".

Referindo-se à lei de navegação fluvial brasileira, segundo ele sancionada ontem pelo presidente da República, Jucá, que foi o relator da matéria no Senado, afirmou que a nova regulamentação, "além de representar um incremento ao transporte aquático de carga e de passageiro, vai beneficiar também a indústria naval do País".

E em todo o País para os usuários do sistema **Direct-to-Home**, da TVA.



Romeu Tuma

Tuma destaca declarações de Ricúpero

O senador Romeu Tuma (PSL-SP) leu ontem em plenário trechos de entrevista concedida ao *Jornal da Tarde* pelo ex-ministro e embaixador Rubens Ricúpero, na qual ele critica a posição do Brasil na recente reunião da Organização Mundial do Comércio (ex-GATT), em Cingapura. Ricúpero participou do encontro como diretor-geral da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad) e como representante do secretário-geral das Nações Unidas.

Tuma destacou a afirmação do embaixador de que o Brasil tem um discurso liberalizante, mas toda vez que há uma proposta concreta para liberalizar o governo não aceita. No caso da reunião da OMC, o Brasil não concordou com a ideia de se fixar uma data (entre os anos 2020 e 2025) para a liberalização total do comércio no mundo. O senador lembrou que os brasileiros foram a Cingapura com o objetivo de lutar por uma aceleração na abertura do setor agrícola da Europa e dos EUA, mas não conseguiram êxito.

Pressão popular pode impedir a venda da Vale, acredita Dutra

Líder do PT ressalta que vem crescendo movimento contra venda da empresa e que amanhã haverá manifestação no Rio de Janeiro

O líder do PT no Senado, José Eduardo Dutra (SE), disse acreditar que a pressão popular contra a privatização da Companhia Vale do Rio Doce poderá levar alguns senadores a retificar os seus votos e a conferir ao Congresso o poder de decidir sobre a venda da estatal. Esses senadores estariam entre os que votaram, em dezembro, contra projeto de sua autoria que estabelecia a prerrogativa do Congresso de deliberar sobre a privatização da Vale.

O senador destacou que vem crescendo o movimento da sociedade civil contrário à privatização da empresa, e lembrou que amanhã (dia 10) haverá um ato no Rio de Janeiro com o objetivo de reforçar essa posição.

- Nós temos certeza de que, à medida que esse movimento de fora do Congresso Nacional venha a pressionar os parlamentares, é possível que seja aprovada uma série de projetos que existem tanto no Se-



José Eduardo Dutra

nado quanto na Câmara, restabelecendo o poder do Congresso de decidir sobre a questão - frisou.

José Eduardo Dutra acha que a votação dessas proposições pode acontecer ainda no início de fevereiro. Ele aposta ainda no apoio de senadores do PMDB descontentes com a atuação do Palácio do Planalto em relação à eleição do presidente do Senado.

- Existe uma disputa entre a própria base governista. Há um candidato do PMDB, que é um

partido da base governista, e um do PFL, também da base governista. Os sinais do Planalto são no sentido de que o presidente da República apóia o senador Antonio Carlos Magalhães. É possível que isso acabe deixando seqüelas no PMDB, e com certeza poderá influir em outros projetos que venham a ser votados nesta Casa, tanto o da reeleição quanto o da Vale do Rio Doce - assinalou.

O líder do PT disse que a questão da Vale do Rio Doce divide o Senado. Lembrou que seu projeto foi rejeitado no final do ano passado por apenas quatro votos, e que, antes disso, a votação em que a oposição havia reunido maior número de votos foi a da emenda do petróleo, aprovada por 52 votos contra 18 da oposição.

- Isso mostra claramente que a questão da Vale do Rio Doce não é uma questão relativa apenas à oposição ou ao governo, porque o meu projeto teve votos em todos os partidos - afirmou.

ACM defende liberação de recursos para o aumento de capital do BNB

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) afirmou ontem que a atuação do Banco do Nordeste (BNB) "é um exemplo a ser seguido", ao comentar o desempenho da atual diretoria dessa instituição financeira. O senador pediu ao governo federal que repasse ao banco todos os recursos necessários à ampliação do seu capital.

Depois de observar que nenhum cargo de direção do banco foi dado à Bahia, Antonio Carlos Magalhães disse que tal fato não levou à discriminação do seu estado. "Num momento em que os bancos estaduais do Nordeste enfrentam dificuldades, o BNB tem sido um porto seguro para socorrer os estados da região", salientou o senador, destacando o trabalho do presidente do banco, Byron Queiroz.



Antonio Carlos Magalhães

Júnia anuncia a disposição de FHC de socorrer Minas

Depois de encontro com o Presidente, senadora renova apelo para que governo trate com urgência das obras de reconstrução no estado

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) dirigiu ontem apelo ao governo federal para que adote providências imediatas visando à realização das obras de reconstrução nos municípios mineiros atingidos pelas enchentes.

- O drama dos 176 municípios castigados pelas chuvas que desabrigaram 46 mil pessoas é estarrecedor e ainda bem que desperta a sensibilidade da população brasileira e a atenção e solidariedade por parte do governo federal - disse Júnia Marise, ao comentar a atenção dispensada pelo Presidente à bancada de Minas.



Júnia Marise

Júnia disse esperar que, após o encontro de senadores e deputados mineiros com Fernando Henrique Cardoso, ocorrido ontem, o governo federal libere com rapidez os recursos necessários à superação dos problemas enfrentados por grande parte da população de Minas.

- Como líder da oposição no

Senado, gostaria de registrar que tivemos, no encontro com o Presidente, a sua decisão de atender a Minas e a outros estados, como Espírito Santo e Rio de Janeiro, também atingidos pelas chuvas. Quero fazer minha profissão de fé na promessa do governo e de sua decisão de ajudar Minas Gerais - frisou.

Júnia disse que, diante da calamidade, "nós mineiros estamos imbuídos do propósito de fazer alguma coisa que possa minimizar o sofrimento do povo de Minas e devolver aos municípios as condições necessárias para que eles possam voltar a ser administrados".



Valmir Campelo

Valmir: É hora de investir na agricultura

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) disse ontem que o Brasil deve investir na agricultura para minorar o problema do desemprego no País. A seu ver, na atividade rural poderia se expandir a mão-de-obra que setores econômicos importantes, como a indústria, foram incapazes de absorver.

Na opinião de Valmir Campelo, a questão do desemprego no Brasil é tão mais grave quanto maiores são as "desigualdades regionais e injusta a distribuição de renda". De acordo com o senador, apesar do dinamismo registrado no setor industrial brasileiro no ano passado, as ofertas de empregos não aumentaram. A agricultura, entretanto, "criou 4 milhões de empregos de 1990 para cá, sinalizando o caminho da retomada do desenvolvimento".

- Investimento na agricultura me parece uma boa meta para o ano de 1997. Gerar empregos na agricultura é, com certeza, a revolução de que estamos necessitando para superar a grave crise por que passa a civilização industrial - garantiu o senador.

MP garantirá recursos, diz Francelino

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) informou ontem que as bancadas de Minas Gerais no Senado e na Câmara foram ontem ao Palácio do Planalto levar ao presidente Fernando Henrique Cardoso seu testemunho sobre a situação de calamidade em que se encontram 170 municípios daquele estado.

Francelino disse que, na audiência, o presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou a edição de medida provisória para prover Minas Gerais dos recursos e providências indispensáveis à solução dessa crise. Segundo o senador, FHC contou ter recebido um telefonema do presidente argentino, Carlos Menem, indagando em que poderia colaborar para ajudar os flagelados vítimas das enchentes.

- Este é um momento de grande aflição para a sociedade mineira, que se reuniu num gesto de solidariedade para levar às cidades inundadas auxílio para minorar o sofrimento dos flagelados - afirmou Francelino.



JOSÉ SARNEY RECEBE MINISTRO DA SAÚDE

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu na manhã de ontem visita de cortesia do novo ministro da Saúde, Carlos Cesar Albuquerque, com quem trocou idéias a respeito da situação da saúde pública brasileira e do quadro mundial nessa área.

À saída do encontro, o

ministro admitiu que uma de suas principais preocupações é com o financiamento do setor, que enfrenta carências em nível internacional. Carlos Cesar Albuquerque disse que a atividade deverá buscar, para seu custeio, uma solução definitiva no âmbito da grande reforma fiscal planejada pelo governo.

Senado Federal inaugura rádio dia 28

Transmitindo em 91,7 MHz, a emissora será sintonizada em Brasília e em mais de 40 cidades vizinhas, atingindo cerca de 4 milhões de pessoas. Odacir visitou ontem as futuras instalações



Odacir e Mesquita (centro) visitaram ontem as futuras instalações da Rádio Senado FM

Com o objetivo de dar maior transparência aos trabalhos do Senado, será inaugurada no próximo dia 28 a Rádio Senado FM, que transmitirá, 24 horas por dia, as reuniões das comissões e as sessões do plenário da Casa, entrevistas e programas especiais, além de informações de utilidade pública e a programação cultural de Brasília.

A emissora, cuja frequência será de 91,7 MHz, com 10 kW de potência, poderá ser sintonizada em Brasília e em mais de 40 cidades vizinhas, atingindo cerca de 4 milhões de pessoas. Sua programação será transmitida simultaneamente através do sistema Radiosat da Embratel, para transmissão ou retransmissão por qualquer rádio do País.

Segundo o 1º secretário do Senado, Odacir Soares (PFL-RO), que ontem visitou as obras das futuras instalações da emissora, a Rádio Senado FM dará continuidade ao processo de democratização das informações geradas na Casa, a fim de que esta se aproxime cada vez mais da opinião pública.

- É uma satisfação que o Senado está dando à opinião pública do que faz, para que ela tenha uma visão melhor e mais atualizada do papel do Poder Legislativo na democracia - disse o senador.

Por sua vez, o diretor-geral da Casa, Agaciel Maia, citou três grandes metas da atual administração da Casa - comunicação, melhoria das informações aos parlamentares e reforma administrativa.

A rádio ocupará área de cerca de 600 metros quadrados. Terá três estúdios, uma sala de edição e espaço destinado à produção e à redação. Odacir visitou as futuras instalações da emissora acompanhado do diretor-geral e do diretor da Secretaria de Comunicação Social, Fernando César Mesquita, e equipe.

Modernização finalmente alcança o ensino, comemora Lúcio Alcântara

"É bom saber que o sopro de modernização que tem renovado nossa economia e nosso sistema de produção chegou, enfim, à educação, base e princípio de toda transformação social verdadeira." A afirmação foi feita ontem pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), ao anunciar que a recente pesquisa sobre educação básica, realizada pelo MEC, derrubou alguns mitos sobre o assunto.

Segundo o senador, mesmo com notórias deficiências na área, o Brasil está passando por uma revolução silenciosa na educação. Ele disse que, hoje, quase todas as crianças brasileiras - 96% - estão em sala de aula, fato surpreendente, a seu ver, quando se observa que em 1990 o ensino fundamental atendia apenas



Alcântara: revolução silenciosa

50% das crianças em idade escolar. Outro dado: o estudante, que permanecia só dois anos na escola, atualmente fica cinco anos e meio.

- Ainda estamos longe de outros países, mas já se avançou espetacularmente, tanto na cobertura escolar do ensino fundamental quanto na redução do analfabetismo

- disse o senador.

Lúcio Alcântara destacou as principais metas do governo no setor: formação inicial e contínua de docentes; meios para assegurar a reposição e manutenção de equipamentos de infraestrutura; e prioridade para o desenvolvimento de informações e pesquisa em educação, entre outras reformas.

Ele elogiou a preocupação do MEC em consolidar informações e dados existentes, e em dar continuidade a programas e projetos já iniciados. Em sua opinião, a preocupação com a aferição da qualidade do ensino revela que há uma verdadeira sincronia entre o projeto político do governo e a orientação que vem sendo imprimida na presente gestão educacional.

Projeto amplia punição nos crimes contra policiais

Proposta do líder do governo, senador José Roberto Arruda, prevê agravamento da pena se a vítima for civil ou militar que esteja no exercício de função de segurança pública

Os atentados contra policiais civis ou militares, no exercício da função, poderão constituir circunstâncias agravantes de pena, conforme estabelece projeto de lei apresentado pelo senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), acrescentando dispositivo ao Código Penal.

O agente policial é invariavelmente alvo preferencial da ação de marginais. Se o policial é eliminado fisicamente ou dominado pela violência fica evidentemente facilitada a prática de crimes

pela marginalidade - argumenta o senador, para quem "dispensar maior proteção aos agentes da lei representa reforço à proteção da coletividade, e não mero privilégio corporativo".

José Roberto Arruda observa ainda que "a criminalidade nos grandes centros populacionais é crescente e agravada pela organização do crime". Esta situação, a seu ver, impõe maior proteção à autoridade policial, "para que sejam proporcionadas a segurança interna e a tranqüilida-



José Roberto Arruda

de imprescindíveis à construção e manutenção de relações harmoniosas da sociedade".

A medida proposta, segundo o senador, objetiva também criar uma nova imagem da polícia como "a verdadeira guardiã da sociedade".

É preciso buscar a confiança da sociedade em relação à eficácia dos mecanismos oficiais de combate ao crime, resguardando-se principalmente a vida dos policiais, para que não sejam alvo dos bandidos, que, entre outros objetivos reprováveis, visam também à desestabilização do aparato estatal - defendeu.

Ademir lembra que Cabanagem tomou Belém há 162 anos

Há exatos 162 anos, a cidade de Belém, capital do Pará, foi conquistada pela Revolução da Cabanagem, um movimento de caboclos, índios e negros contra as forças do Império. O registro foi feito ontem em plenário pelo senador Ademir Andrade (PA), líder do PSB no Senado. Para ele, a Cabanagem foi o único movimento que nasceu do povo pobre contra o Império, e "não uma luta da aristocracia contra a burguesia, ou vice-versa".

Ademir Andrade afirmou que a Cabanagem foi "o mais significativo movimento popular pela con-



Ademir Andrade

quista do poder institucional de que se tem notícia no Brasil. Foi o único movimento popular que, pelas armas, con-

seguiu tomar o poder". Antes de sua derrubada por forças do Império, durante a Regência, o movimento chegou a ter três governos revolucionários.

O senador lembrou que Belém foi tomada duas vezes pelos cabanos. Quando as forças do Império conseguiram retomar o poder, houve "uma verdadeira política de extermínio e genocídio, que chegou a dizimar um terço da população masculina do Pará". Há registros de que os conflitos do povo do Pará contra o Império, que começaram logo após a independência (1822) e terminaram com a Cabanagem (1835),

provocaram a morte de 40 mil pessoas.

No mesmo pronunciamento, Ademir Andrade lamentou novo conflito de terras no Pará, ocorrido no último sábado, quando dois posseiros foram mortos na Fazenda São Francisco, em Eldorado dos Carajás, o mesmo município onde 19 posseiros morreram ao enfrentar a polícia militar do Pará, em abril do ano passado. O senador pediu ao Inca que acelere as desapropriações e a entrega de terras na região, a seu ver o único caminho para o fim dos conflitos pela terra na região.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES NABOR JÚNIOR, EMÍLIA FERNANDES, VALMIR CAMPELO, LEOMAR QUINTANILHA E LEVY DIAS

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Samey ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna
■ Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carneiro Silva

O Jornal do Senado é distribuído nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade
■ Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação - Sérgio Silva, Wesley Carvalho e Osmar Miranda
■ Fotos - Célia Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Fernando Varela e Lindolfo Amaral
■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal